

RN tem um dos carnavais mais seguros dos últimos oito anos

Durante todo o período carnavalesco, não houve registros de homicídios

O Rio Grande do Norte viveu, em 2026, um dos carnavais mais seguros desde 2019, consolidando um dos melhores resultados em segurança pública dos últimos oito anos. O balanço da Operação Carnaval 2026, divulgado na quinta-feira (19), demonstra redução nos principais índices de criminalidade e reforça a estratégia integrada das forças de segurança. Foram mais de 8 mil agentes mobilizados em todas as regiões do estado e investimento superior a R\$ 10 milhões em diárias operacionais.

Entre os resultados mais expressivos está a ausência de registros de homicídios nas áreas oficiais de festa durante todo o período carnavalesco. Também não houve registro de feminicídios nem de latrocínios no estado durante a operação, dados considerados históricos pelas forças de segurança. Além disso, houve redução nas ocorrências de crimes contra o patrimônio e diminuição nos registros de violência interpessoal em comparação aos anos anteriores.

“Realizamos um dos carnavais mais seguros desde 2019, com um dos melhores resultados dos últimos oito anos na segurança pública do nosso estado. E o dado mais emblemático e histórico: não registramos feminicídio



O balanço da Operação Carnaval 2026 foi divulgado nesta semana

nas áreas oficiais de festa durante todo o Carnaval. Também não houve homicídio nem latrocínio no estado durante a operação. Isso significa vidas preservadas, famílias protegidas e um ambiente de paz para o nosso povo brincar”, enfatizou a governadora Fátima Bezerra.

Ao todo, 850 ocorrências policiais foram registradas pela Polícia Civil, com a lavratura de 120 autos de prisão em flagrante, 61 Termos Circunstanciados de Ocorrência e o cumprimento

de 34 mandados de prisão, evidenciando a presença policial ostensiva e preventiva e a pronta resposta das equipes em todo o estado.

Ações voltadas à proteção de grupos em situação de vulnerabilidade também foram realizadas, com foco no combate à violência contra mulheres, na proteção da população LGBTQIAPN+ e no enfrentamento à exploração sexual e outras formas de violência contra crianças e adolescentes. Somente a Delegacia de Plantão

de Atendimento a Grupos Vulneráveis registrou 71 boletins de ocorrência e 77 solicitações de medidas protetivas.

A PC também intensificou ações educativas e preventivas por meio das campanhas “Não é Não”, “Pule, brinque e Cuide” e “Carnaval sem Preconceitos”, promovendo conscientização e respeito nos espaços de folia.

Em comparação com o ano passado, a Polícia Militar registrou uma redução de 54% no volume comparativo de regis-

tros operacionais. Além disso, houve queda de 72,5% na lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrência. Isso significa menos conflitos, menor incidência de infrações e um ambiente mais controlado nos polos carnavalescos.

Importante destacar que 71% das ocorrências formalizadas referem-se a consumo pessoal de drogas, ou seja, infrações de menor potencial ofensivo. Não houve concentração relevante de crimes graves. Ao todo, a PM registrou 28 TCOs, com pouquíssima quantidade de drogas e sem armas apreendidas em polos de Carnaval.

Na Operação Lei Seca, aproximadamente 13 mil veículos foram fiscalizados, com a realização de mais de 9 mil testes de bafômetro. Deste total, 365 motoristas se recusaram a fazer o teste e foram autuados. Outros 31 condutores foram presos em flagrante por embriaguez ao volante.

De acordo com o secretário da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed), coronel Francisco Araújo, o resultado é reflexo direto da integração e do planejamento operacional. “A atuação integrada das nossas forças permitiu um emprego mais eficiente do efetivo, com presença estratégica nas áreas de festa” disse.

Piauí discute novo imposto com reforma

A Secretaria da Fazenda do Piauí participou da 1ª reunião extraordinária do Conselho Superior do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), marco na implementação da reforma tributária em vigor desde o início de 2026. Realizado de forma virtual, o encontro deu início à organização operacional do Comitê, com definição de diretrizes iniciais e da agenda estratégica que orientará os trabalhos ao longo de 2026.

Representação

O Piauí foi representado pelo secretário da Fazenda, Emílio Júnior, pela superintendente da Receita, Graça Moreira Ramos, e pelo coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária no Estado, Bruno Carvalho. A participação estadual, segundo o secretário, reforça o compromisso com a construção e a implementação do novo modelo tributário nacional, voltado à segurança jurí-



O Piauí esteve representado pelo secretário Emílio Júnior

dica, à eficiência administrativa e ao equilíbrio federativo.

A reunião marcou uma etapa decisiva na consolidação da estrutura responsável pela gestão do novo sistema de tributação sobre o consumo, com impactos diretos na arrecadação e na administração fiscal de estados e municípios. O ali-

nhamento institucional entre as unidades federativas busca assegurar uniformidade de procedimentos, padronização tecnológica e previsibilidade para contribuintes e administrações públicas durante o período de transição em todo o Brasil.

Entre as atribuições em organização estão a coordenação da

arrecadação do IBS, a definição de normas operacionais e a gestão da repartição de receitas entre entes federativos. A agenda inicial também prevê a estruturação de sistemas de informação e a capacitação técnica das administrações tributárias estaduais e municipais.

A reforma tributária brasileira está em fase de implementação

gradual. O período de transição teve início em 2026 e seguirá até 2032, quando ocorrerá a substituição progressiva dos tributos atuais pelo novo modelo. A partir de 2033, o sistema passará a operar plenamente, com a extinção do ICMS e do ISS e a consolidação do Imposto sobre Bens e Serviços como principal tributo incidente sobre o consumo.

Protagonismo local

A participação do Piauí nas discussões nacionais integra a estratégia de preparação institucional para as mudanças estruturais no sistema tributário, com foco na modernização da gestão fiscal, na padronização de procedimentos e na adaptação dos entes federativos às novas regras de arrecadação e repartição de receitas. O avanço das etapas organizacionais do Comitê Gestor é considerado fundamental para garantir a efetividade da reforma e a estabilidade do ambiente econômico no país.